GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM | Portal de Compras

PMQ - COMISSÃO DE LICITAÇÃO FL Nº 398 Rubrica

Prefeitura Municipal de Quixeramobim

Relatório de Esclarecimento

Número: 2400112101-PERP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM.

Solicitante: REAL JG FACILITIES S.A

E-mail: licitacoes@realjg.com.br CNPJ/CPF: 08.247.960/0001-62

Data: 27/12/2024

Esclarecimento:

Prezado(a) Pregoeiro(a), bom dia. Em atenção ao PE 2400112101-PERP , venho solicitar os seguintes esclarecimentos:

1) Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.

2)O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?

3) É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?

4) A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?

5) Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?

6) Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?

7) A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?

8) O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?

9) Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação? Pode ser usada a média de dias como base para o fornecimentos do vales?

10) Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?

11) É necessário considerar o adicional de intrajornada?

12) Poderiam dar mais especificações dos uniformes?

13) Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos?

14) Qual é a produtividade adotada ou será contratação por postos de serviços?

15) Existe a possibilidade de alteração da produtividade estipulada, caso tenha sido usada?

16) Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?

17) Propostas cadastradas com valor acima do estimado serão desclassificadas ?

18) De acordo com o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021, na fase de habilitação das licitações será exigida do licitante uma declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência(PCD) e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Essa exigência será rigorosamente cumprida e constatada na fase de habilitação? No caso de um licitante declarar falsamente que cumpre as cotas para deficiente e reabilitado da Previdência Social , o Licitante será declarado inabilitado do processo licitatório? Além disso, haverá punições

específicas para aqueles que fizerem declarações falsas sobre o cumprimento dessas cotas, como suspensão do direito de licitar, multa ou advertência?

PMQ - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL Nº 399
Rubrica

Resposta:

Conforme esclarecimentos prestados pelo secretário de desenvolvimento urbano e infraestrutura: 1) Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.
R: Sim. Essas informações estão disponíveis no portal da transparência do município.
2) O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?
R: Fica a critério do licitante.
3) É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?
R: Não
4) A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?
R: A proposta deve ser elaborada conforme tabela disponível no termo de referencial.
5) Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?
R: 5%
6) Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?
R: Não
7) A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?
R: Outras formas aceitáveis.
8) O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?
R: Não
9) Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale transporte e auxílio-alimentação? Pode ser usada a média de dias como base para o fornecimentos do vales?
R: Não será ofertado vale transporte e auxilio alimentação
10) Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?
R: O município não dispõe de transporte público.
11) É necessário considerar o adicional de intrajornada?
R: Não
12) Poderiam dar mais especificações dos uniformes?
R: O licitante deve fornecer os uniformes em conformidade com as atividades a serem executadas.
13) Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos?
R: Não
14) Qual é a produtividade adotada ou será contratação por postos de serviços?
R: Contratação por hora.
15) Existe a possibilidade de alteração da produtividade estipulada, caso tenha sido usada?
R: Não será por produtividade.
16) Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?
R: Está disponível uma tabela no termo de referência para que o licitante leve em consideração para formação do preço.
17) Propostas cadastradas com valor acima do estimado serão desclassificadas?
R: Não
18) De acordo com o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021, na fase de habilitação das licitações será exigida do licitante uma declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Essa exigência será rigorosamente cumprida e constatada na fase de habilitação? No caso de um licitante declarar falsamente que cumpre as cotas para deficiente e reabilitado da Previdência Social, o Licitante será declarado inabilitado do processo licitatório? Além disso, haverá punições específicas para aqueles que fizerem declarações falsas sobre o cumprimento dessas cotas, como suspensão do direito de licitar, multa ou advertência?
R: Será verificado na execução contratual. Caso haja motivos para sanções, será apurado em momento oportuno.
Por fim, aspiro termos esclarecido todos os questionamos da empresa interessada.

Quixeramobim, 30 de dezembro de 2024.

ANTONIO CLIDENOR GENUINO DE MEDEIROS
SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA